

Processo TC no 04817/13

Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão Interessado: Djaci Farias Brasileiro, Prefeito.

EMENTA: PODER EXECUTIVO. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA/PB. Pregão Presencial nº 22/2012. 08 (Oito) Contratos s/nº. Procedimentos realizados em conformidade com as disposições previstas nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/1993. Regularidade do Pregão e dos oito (08) Contratos s/nº dele decorrente. Recomendação. Arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO AC1 TC 2076/2014

RELATÓRIO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Itaporanga/PB.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 022/2012, seguido de 08 (oito) Contratos s/nº.

<u>OBJETO</u>: Locação de veículos para serem utilizados pela Secretaria de Infraestrutura, na limpeza urbana.

PROPONENTE(S)/VENCEDOR(ES):

FIRMA VENCEDORA	CONTRATO s/n –	ITEM	VALOR – R\$
	fls.		
Maria da Conceição Braz	182/186	01	32.800,00
Raimundo Teódulo Fonseca	187/191	02	32.800,00
José Ribamar Fernandes da Silva	195/199	03	32.800,00
Severino Dantas da Silva Neto	223	04	32.800,00
Joaquim Salvino da Silva	200/204	05	30.400,00
Manoel de Sousa Rufino	205/209	06	30.400,00
Mauro Pinto Filho	210/214	07	30.400,00
Maximiano José do Nascimento Neto	215/219	08	4.000,00
		TOTAL	226.400,00

CONTRATOS: s/n° (oito contratos);

<u>VALOR</u>: R\$ 226.400,00 (duzentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

MANIFESTAÇÃO DA AUDITORIA: O órgão de instrução entendeu pela regularidade do procedimento licitatório, bem como dos 08 (oito) contratos s/nº dele decorrentes, com a sugestão de que o município realize os procedimentos de acordo com o disposto na Lei 12.305/2010¹, tendo em vista a inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Município de Itaporanga.

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Oral, na sessão, em harmonia com o Órgão de Instrução.

¹ Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.



Processo TC no 04817/13

VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, sou porque esta Câmara:

- 1. Julgue REGULARES o Pregão Presencial nº 22/2012 e os oito (08) Contratos s/nº, dele decorrente:
- 2. **Recomende** à atual gestão que em procedimentos futuros o município realize os procedimentos licitatórios em conformidade com o disposto na Lei 12.305/2010;
- 3. Determine a anexação da presente decisão aos autos da Prestação de Contas Anual do exercício de 2012 (Processo TC 05338/13);
 - 3. Arquive os presentes autos.

DECISÃO DA 1ª CÂMARA

ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

- 1. Julgar REGULARES o Pregão Presencial nº 22/2012 e os oito (08) Contratos s/nº, dele decorrente;
- 2. **Recomendar** à atual gestão que em procedimentos futuros o município realize os procedimentos licitatórios em conformidade com o disposto na Lei 12.305/2010²;
- 3. Determinar a anexação da presente decisão aos autos da Prestação de Contas Anual do exercício de 2012 (Processo TC 05338/13);
 - 4. Arquivar os presentes autos.

Publique-se e registre-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa. João Pessoa, 08 de maio de 2014.

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão Presidente em exercício e Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público Especial

² Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.